

**PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA QUARTA
EMIÇÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE
QUIROGRAFÁRIA, EM SÉRIE ÚNICA, DA NATURA COSMÉTICOS S.A.**

Pelo presente instrumento particular, como emissora, (a) **NATURA COSMÉTICOS S.A.**, companhia aberta com sede na Cidade de Itapeverica da Serra, Estado de São Paulo, na Rodovia Regis Bittencourt, s/n.º, km 293, Edifício I, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 71.673.990/0001-77, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social ("Emissora") e, como agente fiduciário da presente emissão e nela interveniente, representando a comunhão dos titulares das debêntures da 4ª (quarta) emissão de debêntures simples da Emissora, (b) **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. das Américas, n.º 500, bloco 13, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 36.113.876/0001-91, neste ato representado na forma do seu Estatuto Social ("Agente Fiduciário", sendo a Emissora e o Agente Fiduciário referidos em conjunto como "Partes" e individual e indistintamente como "Parte");

CONSIDERANDO que, na Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 28 de abril de 2010 ("RCA"), foi aprovada a realização da 4ª (quarta) emissão de debêntures simples da Emissora ("Emissão"), composta por 350 (trezentas e cinquenta) debêntures simples, não conversíveis em ações, todas nominativas e escriturais, da espécie quirografária, emitidas em série única ("Debêntures"), perfazendo o montante total de R\$ 350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais), nos termos da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações");

CONSIDERANDO que a RCA (i) aprovou a remuneração máxima possível às Debêntures, equivalente à acumulação de até 109% (cento e nove por cento) das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros DI de um dia, over *extra grupo*, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos; e (ii) autorizou a diretoria da Emissora a praticar todo e qualquer ato necessário à realização da Emissão e da distribuição pública com esforços restritos de colocação das Debêntures, nos termos da Instrução CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Oferta Restrita");

CONSIDERANDO que, em 10 de maio de 2010, as Partes celebraram o "Instrumento Particular de Escritura da Quarta Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, da Natura Cosméticos S.A." ("Escritura de Emissão");

CONSIDERANDO que, nesta data, as instituições intermediárias responsáveis pela Oferta Restrita conduziram procedimento de coleta de intenções de investimento nas Debêntures ("Procedimento

OT



de *Bookbuilding*'), o qual resultou na definição da taxa final aplicável para cálculo da remuneração das Debêntures;

CONSIDERANDO que, nos termos da Escritura de Emissão, o resultado do Procedimento de *Bookbuilding* deve ser contemplado na Escritura de Emissão e formalizado por meio de instrumento particular de aditamento firmado pela Emissora e o Agente Fiduciário, conforme autorização outorgada aos diretores da Emissora por seu Conselho de Administração na RCA;

RESOLVEM as Partes, em regular forma de direito, celebrar o presente "Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da Quarta Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, da Natura Cosméticos S.A." ("Primeiro Aditamento", sendo a Escritura de Emissão e o Primeiro Aditamento referidos em conjunto simplesmente como "Escritura de Emissão"), em observância às seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA ESCRITURA DE EMISSÃO E DA AVERBAÇÃO DESTE PRIMEIRO ADITAMENTO

1.1. A Escritura de Emissão, celebrada pelas Partes em 10 de maio de 2010, foi arquivada perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") em 21 de maio de 2010, sob n.º ED000533-2/000.

1.2. Este Primeiro Aditamento será arquivado na JUCESP, nos termos do artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações. Sem prejuízo do disposto no item 6.5., alínea (e), da Escritura de Emissão, a Emissora encaminhará ao Agente Fiduciário uma via original do Primeiro Aditamento devidamente arquivado na JUCESP, em até 15 (quinze) dias contados a partir desta data.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO DA ESCRITURA DE EMISSÃO

2.1. Tendo em vista o registro da ata da RCA e da Escritura de Emissão na JUCESP, a Emissora e o Agente Fiduciário deliberaram alterar os itens 2.2. e 2.3. da Escritura de Emissão, os quais passarão a vigorar com as novas redações transcritas a seguir:

"2.2. Registro na JUCESP e Publicação da Ata da RCA

A ata da RCA foi registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP ("JUCESP"), nos termos da Lei das Sociedades por Ações, e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Valor Econômico, edição regional.

2.3. Registro desta Escritura de Emissão

A presente Escritura de Emissão foi registrada na JUCESP em 21 de maio de 2010, sob n.º ED000533-2/000 e eventuais aditamentos posteriores serão arquivados na JUCESP, pela Emissora, nos termos do artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações. Sem prejuízo do disposto no

OT Q 2

item 6.5., alínea (e), desta Escritura de Emissão, vias originais desta Escritura de Emissão e de eventuais aditamentos devidamente arquivadas na JUCESP deverão ser enviadas ao Agente Fiduciário em até 15 (quinze) dias contados a partir da respectiva data de assinatura."

2.2. De forma a contemplar a taxa final aplicável para cálculo da remuneração das Debêntures, conforme apurado no Procedimento de *Bookbuilding* conduzido pelas instituições intermediárias responsáveis pela Oferta Restrita, a Emissora e o Agente Fiduciário deliberaram alterar os itens 4.8.1. e 4.8.1.1. da Escritura de Emissão, os quais passarão a vigorar com as novas redações transcritas a seguir:

"4.8. Remuneração

4.8.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado. As Debêntures farão jus à remuneração equivalente à acumulação de 108% (cento e oito por cento) das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros DI de um dia, *over extra grupo*, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP ("Taxa DI"), no informativo diário disponível em sua página na *internet* (<http://www.cetip.com.br>) ("Remuneração"). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário desde a Data de Emissão ou a data de vencimento do Período de Capitalização (conforme abaixo definido) imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento, de acordo com a fórmula abaixo:

$$J = VNe \times (FatorDI - 1)$$

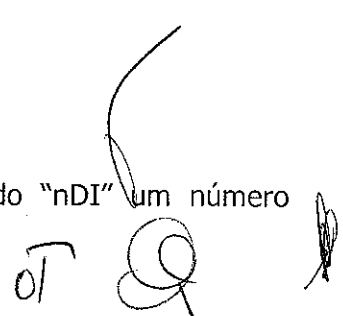
J Valor da Remuneração devida no final de cada Período de Capitalização acumulada no período, calculada com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNe Valor Nominal Unitário, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorDI Produtório das Taxas DI com uso de percentual aplicado a partir da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até a Data de Pagamento da Remuneração (conforme abaixo definido), exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^n \left(1 + TDI_k \times \frac{p}{100} \right)$$

n Número total de Taxas DI consideradas na atualização, sendo "nDI" um número inteiro;



- p** 108 (cento e oito) aplicado sobre a Taxa DI, informado com 2 (duas) casas decimais;
- TDI_k** Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, da seguinte forma:
- $$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$
- k** 1, 2, ..., n
- DI_k** Taxa DI divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

Observações:

- O fator resultante da expressão $\left(1 + TDI_k \times \frac{p}{100} \right)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- Efetua-se o produtório dos fatores diários $\left(1 + TDI_k \times \frac{p}{100} \right)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento; e
- A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.

4.8.1.1. A taxa final aplicável para cálculo da Remuneração foi apurada em procedimento de coleta de intenções de investimento realizado pelos Coordenadores (conforme abaixo definido), tendo sido contemplada nesta Escritura de Emissão e formalizada por meio da celebração de instrumento particular de aditamento entre a Emissora e o Agente Fiduciário, conforme autorização outorgada aos diretores da Emissora por seu Conselho de Administração na RCA."

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS RATIFICAÇÕES E CONSOLIDAÇÃO
DA ESCRITURA DE EMISSÃO**



**PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA QUARTA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES,
NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM SÉRIE ÚNICA DA NATURA COSMÉTICOS S.A.**

3.1. Ficam ratificadas todas as demais disposições constantes da Escritura de Emissão que não foram expressamente alteradas por este Primeiro Aditamento, sendo transcrita abaixo a versão consolidada da Escritura de Emissão, refletindo as alterações referidas na Cláusula Segunda acima:



"INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA QUARTA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM SÉRIE ÚNICA, DA NATURA COSMÉTICOS S.A.

Pelo presente instrumento particular, como emissora, (a) **NATURA COSMÉTICOS S.A.**, companhia aberta com sede na Cidade de Itapeverica da Serra, Estado de São Paulo, na Rodovia Regis Bittencourt, s/n.º, km 293, Edifício I, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 71.673.990/0001-77, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social ("Emissora") e, como agente fiduciário da presente emissão e nela interveniente, representando a comunhão dos titulares das debêntures da 4ª (quarta) emissão de debêntures simples da Emissora ("Debenturistas"), (b) **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. das Américas, n.º 500, bloco 13, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 36.113.876/0001-91, neste ato representado na forma do seu Estatuto Social ("Agente Fiduciário", sendo a Emissora e o Agente Fiduciário referidos em conjunto como "Partes" e individual e indistintamente como "Parte"), vêm, por meio desta e em regular forma de direito, celebrar o presente Instrumento Particular de Escritura da Quarta Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, da Natura Cosméticos S.A. ("Escritura de Emissão", "Emissão" e "Debêntures", respectivamente), em observância às seguintes cláusulas e condições:

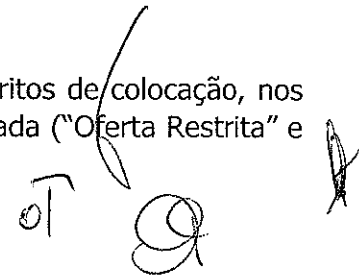
Cláusula Primeira – DA AUTORIZAÇÃO

A presente Escritura de Emissão é celebrada de acordo com a autorização da Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 28 de abril de 2010, nos termos do artigo 59, parágrafo primeiro, da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("RCA" e "Lei das Sociedades por Ações", respectivamente).

Cláusula Segunda – DOS REQUISITOS

2.1. Dispensa de Registro na Comissão de Valores Mobiliários e na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais

2.1.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Oferta Restrita" e "Instrução CVM n.º 476/09", respectivamente).

Handwritten signatures and initials in black ink, including a large stylized 'G' and other marks.

2.1.2. Nos termos da Instrução CVM n.º 476/09, a Oferta Restrita está automaticamente dispensada de registro perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

2.1.3. A Oferta Restrita não será objeto de registro perante a ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais, nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, do Código ANBID de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários.

2.2. Registro na JUCESP e Publicação da Ata da RCA

A ata da RCA foi registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP ("JUCESP"), nos termos da Lei das Sociedades por Ações, e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Valor Econômico, edição regional.

2.3. Registro desta Escritura de Emissão

A presente Escritura de Emissão foi registrada na JUCESP em 21 de maio de 2010, sob n.º ED000533-2/000 e eventuais aditamentos posteriores serão arquivados na JUCESP, pela Emissora, nos termos do artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações. Sem prejuízo do disposto no item 6.5., alínea (e), desta Escritura de Emissão, vias originais desta Escritura de Emissão e de eventuais aditamentos devidamente arquivadas na JUCESP deverão ser enviadas ao Agente Fiduciário em até 15 (quinze) dias contados a partir da respectiva data de assinatura.

2.4. Registro para Distribuição e Negociação

2.4.1. As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos ("SDT") e do SND – Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP"), sendo a distribuição e a negociação liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP.

2.4.2. As Debêntures somente poderão ser negociadas entre investidores qualificados, assim definidos nos termos do artigo 4º da Instrução CVM n.º 476/09 e do artigo 109 da Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("Investidores Qualificados"), e depois de decorridos 90 (noventa) dias da respectiva subscrição e integralização, nos termos do artigo 13 da Instrução CVM n.º 476/09.

Cláusula Terceira – DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Séries

A Emissão é realizada em uma série única.



3.2. Valor Total da Emissão

O valor total da Emissão é de R\$ 350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais) na Data de Emissão (conforme abaixo definido).

3.3. Quantidade de Debêntures

Serão emitidas 350 (trezentas e cinquenta) Debêntures.

3.4. Destinação de Recursos

Os recursos captados pela Emissora com a Oferta Restrita serão destinados ao alongamento do prazo médio das dívidas da Emissora, mediante pagamento integral do valor de principal da dívida representada pelas notas promissórias comerciais da 1ª (primeira) emissão da Emissora, emitidas em 17 de dezembro de 2009 e com vencimento em 15 de junho de 2010, no valor total de R\$ 350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais), cujos recursos foram aplicados no refinanciamento de dívidas de curto prazo da Emissora ("Notas Promissórias"). As Notas Promissórias foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476/09.

3.5. Número da Emissão

A presente Escritura de Emissão representa a 4ª (quarta) emissão de debêntures da Emissora.

3.6. Banco Mandatário e Agente Escriturador

O banco mandatário e agente escriturador das Debêntures será o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, Avenida Yara, s/n, Prédio Amarelo, 2º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 60.746.948/0001-12 ("Banco Mandatário").

3.7. Limite Legal

O valor total da Emissão atende ao limite imposto à realização de emissões de debêntures previsto no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, uma vez que o capital social da Emissora, em 31 de março de 2010, era de R\$ 407.087.149,87 (quatrocentos e sete milhões, oitenta e sete mil, cento e quarenta e nove reais e oitenta e sete centavos).

3.8. Objeto Social da Emissora

A Emissora tem como seu objeto social: (i) a exploração do comércio, da exportação e da importação de produtos de beleza, higiene, toucador, produtos cosméticos, artigos de vestuário, jóias, bijuterias, artigos para o lar, alimentos, complementos nutricionais, softwares, livros, material editorial, produtos de entretenimento, produtos fonográficos, medicamentos, inclusive fitoterápicos

e homeopáticos, drogas, insumos farmacêuticos e saneantes domissanitários, podendo, para isto, praticar todos os atos e realizar todas as operações relacionadas com seus fins; (ii) a prestação de serviços de qualquer natureza, tais como serviços relacionados a tratamentos estéticos, assessoria mercadológica, cadastro, planejamento e análise de riscos; e (iii) a organização, participação e administração, sob qualquer forma, em sociedades e negócios de qualquer natureza, na qualidade de sócia ou acionista.

Cláusula Quarta – DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Data de Emissão das Debêntures

Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures é 26 de maio de 2010 ("Data de Emissão").

4.2. Valor Nominal Unitário das Debêntures

O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, é de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) ("Valor Nominal Unitário").

4.3. Forma, Conversibilidade e Comprovação de Titularidade das Debêntures

As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificados e não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora. Para todos os fins e efeitos, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito emitido pela instituição financeira responsável pela escrituração das Debêntures, o Banco Bradesco S.A. Adicionalmente, será igualmente reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP, em nome do titular da Debênture quando as Debêntures estiverem depositadas no SND.

4.4. Espécie

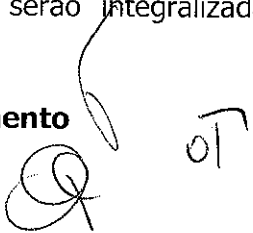
As Debêntures serão da espécie quirografária, sem garantia, nem preferência, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações.

4.5. Preço de Subscrição e Forma de Integralização

4.5.1. As Debêntures serão subscritas pelo Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração (conforme definida abaixo), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de sua efetiva subscrição e integralização.

4.5.2. As Debêntures serão integralizadas em moeda corrente nacional, à vista, no ato da subscrição.

4.6. Prazo de Vencimento



As Debêntures têm prazo de vigência de 36 (trinta e seis) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 26 de maio de 2013 ("Data de Vencimento").

4.7. Amortização Programada

Não haverá amortização programada do Valor Nominal Unitário, o qual será integralmente pago na Data de Vencimento.

4.8. Remuneração

4.8.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado. As Debêntures farão jus à remuneração equivalente à acumulação de 108% (cento e oito por cento) das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros DI de um dia, *over extra grupo*, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP ("Taxa DI"), no informativo diário disponível em sua página na *internet* (<http://www.cetip.com.br>) ("Remuneração"). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário desde a Data de Emissão ou a data de vencimento do Período de Capitalização (conforme abaixo definido) imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento, de acordo com a fórmula abaixo:

$$J = VNe \times (FatorDI - 1)$$

J Valor da Remuneração devida no final de cada Período de Capitalização acumulada no período, calculada com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNe Valor Nominal Unitário, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorDI Produtório das Taxas DI com uso de percentual aplicado a partir da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até a Data de Pagamento da Remuneração (conforme abaixo definido), exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^n \left(1 + TDI_k \times \frac{p}{100} \right)$$

n Número total de Taxas DI consideradas na atualização, sendo "nDI" um número inteiro;

p 108 (cento e oito) aplicado sobre a Taxa DI, informado com 2 (duas) casas decimais;

OT

Q

TDI_k Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

k 1, 2, ..., n

DI_k Taxa DI divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

Observações:

- O fator resultante da expressão $\left(1 + TDI_k \times \frac{p}{100} \right)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- Efetua-se o produtório dos fatores diários $\left(1 + TDI_k \times \frac{p}{100} \right)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento; e
- A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.

4.8.1.1. A taxa final aplicável para cálculo da Remuneração foi apurada em procedimento de coleta de intenções de investimento realizado pelos Coordenadores (conforme abaixo definido), tendo sido contemplada nesta Escritura de Emissão e formalizada por meio da celebração de instrumento particular de aditamento entre a Emissora e o Agente Fiduciário, conforme autorização outorgada aos diretores da Emissora por seu Conselho de Administração na RCA.

4.8.2. O pagamento da Remuneração será realizado semestralmente, a partir da Data de Emissão, sempre no dia 26 dos meses de maio e novembro de cada ano, sendo o primeiro pagamento da Remuneração em 26 de novembro de 2010 e o último pagamento na Data de Vencimento, ou seja, em 26 de maio de 2013 ("Datas de Pagamento da Remuneração").

4.8.3. O período de capitalização da Remuneração é o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data de Pagamento da Remuneração

imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na Data de Pagamento da Remuneração correspondente ao período em questão ("Período de Capitalização").

4.8.3.1. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento.

4.8.4. Em caso de não divulgação ou indisponibilidade da Taxa DI na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, será aplicada na apuração de TDIK a última Taxa DI divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto nos itens abaixo quanto à definição do novo parâmetro de remuneração das Debêntures.

4.8.5. Na hipótese de extinção, limitação e/ou não divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação ou no caso de impossibilidade de aplicação da Taxa DI às Debêntures por proibição legal ou judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 5 (cinco) dias contados (i) do primeiro dia em que a Taxa DI não tenha sido divulgada pelo prazo superior a 10 (dez) dias consecutivos ou (ii) do primeiro dia em que a Taxa DI não possa ser utilizada por proibição legal ou judicial, convocar Assembleia Geral de Debenturistas (no modo e prazos previstos no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações) para deliberar, em comum acordo com a Emissora e observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM n.º 13/03 e/ou regulamentação aplicável, sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures a ser aplicado. Até a deliberação desse novo parâmetro de remuneração, a última Taxa DI divulgada será utilizada na apuração do FatorDI quando do cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures.

4.8.5.1. Caso a Taxa DI volte a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o item 4.8.5. acima, referida Assembleia Geral de Debenturistas não será realizada e a Taxa DI, a partir da data de sua validade, passará a ser novamente utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, sendo certo que até a data de divulgação da Taxa DI nos termos deste item 4.8.5.1., a última Taxa DI divulgada será utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão.

4.8.6. Caso, na Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o item 4.8.5. acima, não haja acordo sobre a nova remuneração entre a Emissora e Debenturistas, observado o quorum estabelecido na Cláusula Sétima desta Escritura de Emissão, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar o Agente Fiduciário por escrito, no prazo de 5 (cinco) dias contados a partir da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, qual a alternativa escolhida:

- (a) a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, com seu consequente cancelamento, no prazo de 10 (dez) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, pelo

Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso. Neste caso, a Taxa DI a ser utilizada para a apuração de TDIk no cálculo da Remuneração será a última Taxa DI disponível; ou

- (b) a Emissora deverá amortizar a totalidade das Debêntures em circulação, com seu consequente cancelamento, em cronograma a ser estipulado pela Emissora, o qual não excederá a Data de Vencimento. Nesta hipótese, caso a Emissora pretenda realizar a amortização das Debêntures em mais de uma data, a amortização deverá ser realizada de forma *pro rata* entre os Debenturistas. Durante o cronograma estipulado pela Emissora para amortização das Debêntures e até a amortização integral das Debêntures em circulação, a periodicidade de pagamento da Remuneração continuará sendo aquela estabelecida no item 4.8.2. acima, observado que as Debêntures farão jus a nova remuneração a ser definida pelos Debenturistas e apresentada à Emissora na Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere o item 4.8.5. acima. Referida nova remuneração deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época. Caso a nova remuneração seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, essa remuneração deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

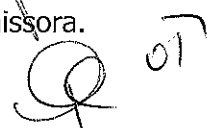
4.9. Repactuação Programada

As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.

4.10. Aquisição Facultativa

4.10.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir as Debêntures em circulação por preço não superior ao Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data da efetiva aquisição, observado o disposto no artigo 55, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações.

4.10.2. As Debêntures objeto desse procedimento poderão ser colocadas novamente no mercado, canceladas a qualquer momento ou permanecer em tesouraria da Emissora.





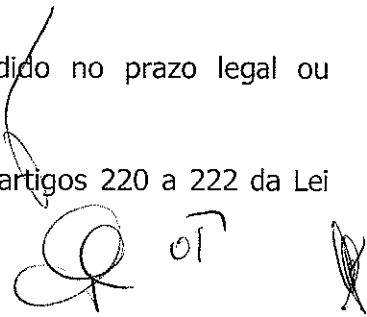
4.11. Resgate Antecipado

Sem prejuízo do item 4.8.6., alínea (a), desta Escritura de Emissão, as Debêntures não estão sujeitas a resgate antecipado.

4.12. Vencimento Antecipado

4.12.1. Observado o disposto nos itens 4.12.2. a 4.12.7. abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento ("Vencimento Antecipado"), na ocorrência das seguintes hipóteses ("Eventos de Vencimento Antecipado"):

- (a) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão não sanado no prazo de 20 (vinte) dias contados da data do respectivo descumprimento;
- (b) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária relacionada à Emissão e/ou às Debêntures, desde que não sanado no prazo de 2 (dois) dias úteis contados da respectiva data de vencimento original;
- (c) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações e licenças, inclusive as ambientais, relevantes para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora e/ou por qualquer de suas controladas, exceto se, dentro do prazo de 20 (vinte) dias contados da data de tal não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão, a Emissora comprove a existência de provimento jurisdicional autorizando a regular continuidade das atividades da Emissora até a renovação ou obtenção da referida licença ou autorização;
- (d) pedido de recuperação judicial ou submissão, a qualquer credor ou classe de credores, de pedido de negociação de plano de recuperação extrajudicial, formulado pela Emissora e/ou por qualquer de suas controladas;
- (e) extinção, liquidação, dissolução, insolvência, pedido de auto-falência, pedido de falência não elidido no prazo legal ou decretação de falência da Emissora;
- (f) insolvência, pedido de auto-falência, pedido de falência não elidido no prazo legal ou decretação de falência de qualquer das controladas da Emissora;
- (g) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

- (h) não cumprimento de qualquer decisão final e irrecorrível contra a Emissora e/ou qualquer de suas controladas, em valor individual ou agregado superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ou seu contra-valor em outras moedas, no prazo de até 15 (quinze) dias contados da data estipulada para pagamento;
- (i) realização de redução de capital social da Emissora com outra finalidade que não a absorção de prejuízos, após a Data de Emissão, sem a anuência de Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, observado o quorum estabelecido no item 7.6.1 da Cláusula Sétima desta Escritura de Emissão;
- (j) inadimplemento ou vencimento antecipado de quaisquer obrigações financeiras a que estejam sujeitas a Emissora e/ou qualquer de suas controladas, no mercado local ou internacional, em valor individual ou agregado superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais);
- (k) protesto de títulos contra a Emissora e/ou qualquer de suas controladas em valor individual ou agregado superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), por cujo pagamento a Emissora ou qualquer de suas controladas seja responsável, salvo se, no prazo de 20 (vinte) dias úteis contados do referido protesto, seja validamente comprovado pela Emissora que: (i) o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiros; (ii) o protesto foi cancelado ou sustado liminarmente; ou, ainda; ou (iii) foram prestadas garantias em juízo;
- (l) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora, das obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, sem a anuência dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, observado o quorum estabelecido no item 7.6.1 da Cláusula Sétima desta Escritura de Emissão;
- (m) alteração no controle acionário, direto ou indireto, da Emissora que acarrete a substituição de, pelo menos, 2/3 (dois terços) dos membros da Diretoria e/ou do Conselho de Administração da Emissora sem a anuência dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, observado o quorum estabelecido no item 7.6.1 da Cláusula Sétima desta Escritura de Emissão;
- (n) incorporação da Emissora por quaisquer terceiros e/ou realização, pela Emissora, de fusão, cisão ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Emissora (ressalvadas as reorganizações societárias que não impliquem alteração no controle acionário, direto ou indireto, da Emissora nos termos da alínea (m) acima), salvo se (i) mediante anuência prévia dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, observado o quorum estabelecido no item 7.6.1 da Cláusula Sétima desta Escritura de Emissão; ou (ii) for garantido o direito de resgate aos Debenturistas que não concordarem com a referida operação societária;
- (o) pagamento de dividendos, de juros sobre o capital próprio ou de qualquer outra participação no lucro prevista no Estatuto Social da Emissora, caso a Emissora esteja inadimplente com suas obrigações pecuniárias descritas nesta Escritura de Emissão, ressalvado, entretanto, o

Q 07

pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 Lei das Sociedades por Ações;

- (p) comprovação de inveracidade, incorreção ou inconsistência de qualquer declaração feita pela Emissora nesta Escritura de Emissão que afete, de forma relevante e negativamente adversa, os Debenturistas, desde que tal comprovação seja determinada por decisão judicial transitada em julgado;
- (q) mudança ou alteração no objeto social da Emissora que modifique materialmente as atividades exercidas pela Emissora na Data de Emissão, salvo se mediante anuência prévia dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, observado o quorum estabelecido no item 7.6.1 da Cláusula Sétima desta Escritura de Emissão; ou
- (r) alteração negativa relevante nas condições financeiras da Emissora que, comprovadamente, afete a capacidade da Emissora de honrar seus compromissos financeiros, incluindo, sem limitação, as obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, e que resulte em rebaixamento da classificação de risco (*rating*) originalmente atribuída às Debêntures, em escala nacional, em 2 (dois) ou mais níveis, conforme súmula/relatório de classificação de risco emitida(o) pela Standard&Poor's, Moody's América Latina ou Fitch Ratings, conforme o caso. Na ocorrência cumulativa dos eventos descritos nesta alínea (r), será convocada Assembleia Geral de Debenturistas na qual a Emissora terá a oportunidade de apresentar explicações e informações objetivas que comprovem a inexistência de alteração negativa relevante em suas condições financeiras e/ou em sua capacidade de honrar seus compromissos financeiros, sendo que tais explicações e informações não poderão ser injustificadamente rejeitadas ou desconsideradas pelos Debenturistas.

4.12.1.1. Os valores mencionados nas alíneas (h), (j) e (k) do item 4.12.1. acima serão corrigidos anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

4.12.2. Para os fins de que trata esta Escritura de Emissão, "Data de Vencimento Antecipado" será qualquer uma das seguintes datas:

- (i) a data de ocorrência dos Eventos de Vencimento Antecipado previstos nas alíneas (b), (d), (e), (g), (h), (i), (l), (n) e (o) do item 4.12.1. acima ("Eventos de Vencimento Antecipado de Declaração Automática"), mesmo que a comunicação escrita, prevista no item 4.12.6. abaixo, seja recebida pela Emissora posteriormente, sendo certo que nessas hipóteses, o Vencimento Antecipado das Debêntures será declarado automaticamente pelo Agente Fiduciário; e
- (ii) ocorrendo qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado previstos nas alíneas (a), (c), (f), (j), (k), (m), (p), (q) ou (r) do item 4.12.1. acima ("Eventos de Vencimento Antecipado Sujeitos a AGD"), será a data em que se realizar a Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o item 4.12.3. abaixo, na qual os

Debenturistas tenham deliberado pela declaração de Vencimento Antecipado das Debêntures ou, no caso previsto no item 4.12.4. abaixo, será a data marcada para a realização da Assembleia Geral de Debenturistas em segunda convocação na qual o quorum mínimo de instalação não tenha sido alcançado.

4.12.3. Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado Sujeitos a AGD, o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 5 (cinco) dias úteis contados da data em que tomar ciência da ocorrência do referido Evento de Vencimento Antecipado, Assembleia Geral de Debenturistas para declarar o Vencimento Antecipado das Debêntures.

4.12.4. Caso a Assembleia Geral de Debenturistas mencionada no item 4.12.3. acima não seja instalada por falta de quorum, em primeira e segunda convocação, o Agente Fiduciário deverá declarar o Vencimento Antecipado das Debêntures.

4.12.5. Se, em Assembleia Geral de Debenturistas convocada nos termos do item 4.12.3., Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação deliberarem não declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, não haverá Vencimento Antecipado das Debêntures.

4.12.6. O Agente Fiduciário deverá comunicar, por escrito, nos termos da Cláusula Nona desta Escritura de Emissão, eventual Vencimento Antecipado das Debêntures à Emissora no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados (i) de sua ciência da ocorrência de uma das hipóteses de Evento de Vencimento Antecipado de Declaração Automática; (ii) da realização da Assembleia Geral de Debenturistas na qual foi deliberado o Vencimento Antecipado das Debêntures, no caso de Evento de Vencimento Antecipado Sujeito a AGD; ou (iii) da data marcada para a realização da Assembleia de Debenturistas em segunda convocação, cujo quorum mínimo de instalação não tenha sido alcançado, também no caso de Eventos de Vencimento Antecipado Sujeito a AGD.

4.12.7. Em caso de declaração do Vencimento Antecipado das Debêntures pelo Agente Fiduciário, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, bem como de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura da Emissão, em até 7 (sete) dias úteis contados do recebimento da comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora, conforme previsto no item 4.12.6. acima e nos termos da Cláusula Nona desta Escritura de Emissão, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos no item 4.13. abaixo.

4.12.7.1. As Debêntures objeto do procedimento descrito no item 4.12.7. acima serão obrigatoriamente canceladas pela Emissora.



4.13. Multa e Juros Moratórios

Sem prejuízo da Remuneração devida aos Debenturistas, nos termos desta Escritura de Emissão, ocorrendo atraso imputável à Emissora no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, incluindo, sem limitação, o pagamento da Remuneração, os débitos em atraso e não pagos pela Emissora, independente de qualquer aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, ficarão sujeitos à multa moratória de 2% (dois por cento) e juros de mora *pro rata temporis* de 1% (um por cento) ao mês, desde a data de inadimplemento até a data do seu efetivo pagamento.

4.14. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

O não comparecimento do titular de Debêntures para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer acréscimo relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe assegurado, todavia, o direito adquirido até a data do respectivo vencimento.

4.15. Local de Pagamento

Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no dia de seu respectivo vencimento por intermédio da CETIP, conforme as Debêntures estejam custodiadas no SND, ou por meio do agente escriturador das Debêntures para os Debenturistas que não estejam depositadas em custódia vinculada à CETIP.

4.16. Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos para pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da Emissão até o primeiro dia útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, quando a data de tais pagamentos coincidir com dia em que não haja expediente bancário na Cidade de São Paulo, ressalvados os casos em que os pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

4.17. Publicidade

Todos os atos e decisões relevantes relativos exclusivamente à Emissão e/ou às Debêntures que, de qualquer forma, vierem a envolver, direta ou indiretamente, os interesses dos Debenturistas, a critério razoável da Emissora, deverão ser publicados sob a forma de "Aviso aos Debenturistas" no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Valor Econômico, edição regional, utilizados pela Emissora para efetuar as publicações ordenadas pela Lei das Sociedades por Ações e pela CVM.

OT Q

X

4.18. Imunidade dos Debenturistas

Caso qualquer titular de Debêntures goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de pagamentos referentes às Debêntures, documentação comprobatória da referida imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado de seus pagamentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

Cláusula Quinta – DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

5.1. A Emissora está adicionalmente obrigada a:

(a) Fornecer ao Agente Fiduciário:

- (i) dentro de 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes, salvo se tais informações forem, dentro do referido prazo, disponibilizadas nas páginas da Emissora ou da CVM na rede mundial de computadores;
- (ii) dentro de 10 (dez) dias úteis, qualquer informação que, razoavelmente, venha a ser solicitada por escrito pelo Agente Fiduciário, a fim de que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão;
- (iii) cópia das informações periódicas e eventuais pertinentes à Instrução CVM n.º 480, de 7 de dezembro de 2009 ("Instrução CVM n.º 480/09"), com a mesma periodicidade prevista para o envio dessas informações à CVM;
- (iv) na mesma data da publicação, as informações veiculadas na forma prevista no item 4.17. acima;
- (v) avisos aos Debenturistas, fatos relevantes, assim como atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração da Emissora que, de alguma forma, envolvam interesse dos Debenturistas, nos mesmos prazos previstos na Instrução CVM n.º 480/09 ou, na inexistência de prazo previsto na regulamentação, no prazo de 7 (sete) dias úteis contados da data em que forem (ou devessem ter sido) publicados ou, se não forem publicados, da data em que forem divulgados;
- (vi) desde que seja do seu conhecimento, informações sobre qualquer descumprimento não sanado, de natureza pecuniária ou não, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão, no prazo de até 7

07 Q

- (sete) dias contados da data do descumprimento, sem prejuízo do disposto na alínea (f) abaixo;
- (vii) dentro de, no máximo, 7 (sete) dias após sua divulgação, cópia do relatório de reavaliação anual da agência classificadora de risco das Debêntures, contratada na forma da alínea (t) abaixo;
 - (viii) em até 12 (doze) dias da respectiva solicitação, qualquer informação relevante para a Emissão que lhe venha a ser razoavelmente solicitada por escrito;
 - (ix) sem prejuízo do disposto no item 6.5., alínea (e), desta Escritura de Emissão, vias originais desta Escritura de Emissão e de eventuais aditamentos devidamente arquivadas na JUCESP em até 15 (quinze) dias contados a partir da respectiva data de assinatura; e
 - (x) todos os demais documentos e informações que a Emissora, nos termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão, se comprometeu a enviar ao Agente Fiduciário;
- (b) submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM;
 - (c) manter sempre atualizado o registro de companhia aberta junto à CVM, nos termos da Instrução CVM n.º 480/09, e fornecer aos seus acionistas as demonstrações financeiras nos termos dos artigos 176 e 289 da Lei das Sociedades por Ações;
 - (d) manter, em adequado funcionamento, atendimento eficiente aos Debenturistas ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
 - (e) atender de forma eficiente às solicitações legítimas dos Debenturistas e do Agente Fiduciário;
 - (f) convocar, nos termos da Cláusula Sétima, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;
 - (g) informar o Agente Fiduciário imediatamente sobre a ocorrência de qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado previstos no item 4.12. da Cláusula Quarta desta Escritura de Emissão, bem como qualquer outro evento que possa trazer prejuízo aos Debenturistas, a critério da Emissora;
 - (h) cumprir todas as determinações emanadas da CVM, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;

OT Q

- (i) não realizar operações fora do seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (j) notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer condenação em decisão transitada em julgado decorrente de processo judicial que afete, de forma relevante e adversa, a Emissora ou a capacidade da Emissora de cumprir suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão, no prazo de até 7 (sete) dias após a data em que a Emissora tomar conhecimento do trânsito em julgado do respectivo processo;
- (k) notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração relevante nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Emissora, bem como quaisquer eventos ou situações que possam afetar negativamente, impossibilitar ou dificultar, de qualquer forma, o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures, no todo ou em parte;
- (l) manter seus bens e ativos devidamente segurados, conforme práticas correntes da Emissora;
- (m) não praticar qualquer ato em desacordo com o seu Estatuto Social e com esta Escritura de Emissão, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os Debenturistas;
- (n) cumprir as obrigações que lhes são aplicáveis nos termos da legislação e regulamentação vigentes, inclusive ambiental, diligenciando para que suas atividades atendam às determinações dos Órgãos Municipais, Estaduais e Federais;
- (o) cumprir todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, inclusive no que se refere à destinação dos recursos captados por meio da Oferta Restrita;
- (p) manter contratado durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Mandatário, o Agente Fiduciário e sistema de negociação no mercado secundário por meio do SND;
- (q) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão. O pagamento ou o reembolso, pela Emissora, de quaisquer despesas em montante igual ou superior a R\$ 3.000,00 (três mil reais) somente será realizado mediante prévia e expressa aprovação pela Emissora;

OT Q

- (r) efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;
- (s) manter válidas e regulares, durante o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura de Emissão, no que for aplicável;
- (t) contratar e manter contratada, durante todo o prazo de vigência das Debêntures, agência classificadora de risco que mantenha atualizado e dê ampla divulgação ao mercado do relatório de classificação de risco (*rating*) das Debêntures, com periodicidade, no mínimo, anual; e
- (u) não realizar outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários da Oferta Restrita dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do envio de comunicação informando o encerramento da Oferta Restrita à CVM, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM.

5.2. As despesas a que se refere a alínea (q) do item 5.1. acima compreenderão, entre outras, as seguintes:

- (a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável;
- (b) extração de certidões;
- (c) despesas de viagem, quando estas sejam necessárias ao desempenho das funções do Agente Fiduciário, sendo que os valores relativos a essas despesas estarão limitados àqueles usualmente incorridos pela Emissora em relação aos seus próprios empregados, para suas viagens e hospedagem; e
- (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que venham a ser comprovadamente necessários, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas, previamente aprovados pela Emissora.

5.3. Sem prejuízo de outras obrigações expressamente previstas na regulamentação em vigor e nesta Escritura de Emissão, a Emissora obriga-se a, nos termos do artigo 17 da Instrução CVM n.º 476/09:

- (a) preparar suas demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;

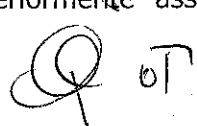
- (b) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM;
- (c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
- (d) manter os documentos mencionados na alínea (c) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
- (e) observar as disposições da Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002 ("Instrução CVM n.º 358/02"), no que se refere a dever de sigilo e vedações à negociação;
- (f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de qualquer "Fato Relevante", conforme definido no artigo 2º da Instrução CVM n.º 358/02, e comunicar a ocorrência de tal Fato Relevante imediatamente aos Coordenadores; e
- (g) fornecer todas as informações solicitadas pela CVM e/ou pela CETIP.

Cláusula Sexta – DO AGENTE FIDUCIÁRIO

6.1. A Emissora nomeia e constitui como agente fiduciário da Emissão, a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., acima qualificado, que, por meio deste ato, aceita tal nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar perante ela, Emissora, os interesses da comunhão dos Debenturistas.

6.2. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara sob as penas da lei, que:

- (a) conhece e aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (b) aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todas as suas cláusulas e condições;
- (c) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;



- (e) não tem qualquer impedimento legal, conforme parágrafo terceiro do artigo 66, da Lei das Sociedades por Ações, para exercer a função que lhe é conferida;
- (f) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM n.º 28/83");
- (g) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (h) está ciente das disposições da Circular BACEN n.º 1.832, de 31 de outubro de 1990, conforme alterada;
- (i) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão;
- (j) verificou o atendimento, pela Emissora, dos limites de emissão previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, com base nas informações dispostas no item 3.7. da Cláusula Terceira desta Escritura de Emissão; e
- (k) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor, conforme disposições do respectivo Estatuto Social.

6.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento das Debêntures ou, caso ainda restem obrigações da Emissora inadimplidas após a Data de Vencimento, até que todas as obrigações da Emissora relacionadas a esta Escritura de Emissão sejam cumpridas ou, ainda, até sua efetiva substituição.

6.4. A título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura de Emissão, será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário a seguinte remuneração:

- (a) parcelas anuais de R\$ 12.000,00 (doze mil reais) cada uma, sendo a primeira parcela devida 5 (cinco) dias após a data de assinatura da presente Escritura de Emissão e as demais nas mesmas datas de aniversário subsequentes, até a liquidação integral das Debêntures;
- (b) em caso de inadimplemento no pagamento das Debêntures ou de reestruturação das condições das Debêntures após a Emissão, será devida ao Agente Fiduciário remuneração adicional equivalente a R\$ 500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho efetivamente dedicada pelos profissionais designados pelo Agente Fiduciário (i) à assessoria aos Debenturistas em processo de renegociação das condições das Debêntures conforme venha a ser requerido pela Emissora; (ii) ao comparecimento em reuniões formais com a Emissora e/ou com Debenturistas; e (iii) à implementação das consequentes decisões



tomadas em tais eventos. Referida remuneração adicional somente será devida pela Emissora caso tenha sido objeto de aprovação e autorização expressas da Emissora, previamente ao início dos trabalhos, e será paga 10 (dez) dias úteis após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, do correspondente "Relatório de Horas Trabalhadas" à Emissora. Entende-se por reestruturação das Debêntures os eventos relacionados à alteração de (i) prazos de pagamento das Debêntures, e/ou (iii) condições relacionadas ao Vencimento Antecipado das Debêntures.

6.4.1. A remuneração prevista nas alíneas (a) e (b) acima será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

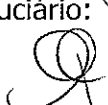

6.4.2. As parcelas referidas no item 6.4. acima serão atualizadas anualmente pela variação acumulada do Índice Geral de Preços de Mercado - IGPM ou, na sua falta, pelo índice oficial que venha a substituí-lo, a partir da Data de Emissão, até as datas de pagamento de cada parcela, calculadas pro rata die se necessário.

6.4.3. As parcelas previstas no item 6.4. acima serão acrescidas dos impostos vigentes à época do pagamento, tais como Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL) e Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento da referida remuneração.


6.4.4. A remuneração do Agente Fiduciário prevista no item 6.4. acima, não inclui as despesas com viagens, estadias, transporte e publicação necessárias ao exercício da função de agente fiduciário dos Debenturistas, durante ou após a implantação do serviço, bem como assessoria legal ao Agente Fiduciário em caso de inadimplemento da Emissora, a serem arcadas pela Emissora, desde que prévia e expressamente aprovados pela Emissora, nos termos desta Escritura de Emissão.

6.4.5. Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário no exercício de suas funções ou, ainda, que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportados pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao respectivo pagamento ou reembolso, conforme o caso, por um período superior a 10 (dez) dias corridos.

6.5. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos na JUCESP, hipótese em que a Emissora deverá fornecer as informações e documentos necessários ao referido registro;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do Foro da sede da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades;
- (h) solicitar, quando considerar necessário e desde que aprovado pelos Debenturistas, auditoria extraordinária na Emissora;
- (i) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa previstos no item 4.17. acima;
- (j) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (k) elaborar relatórios destinados aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo primeiro, alínea (b), da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as seguintes informações:

 01




- i. eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - ii. alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período;
 - iii. comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
 - iv. posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - v. cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
 - vi. declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário da Emissão; e
 - vii. pagamentos da Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - viii. acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da Emissão; e
 - ix. relação dos bens e valores entregues ao Agente Fiduciário, compreendendo sua administração e/ou prepostos.
- (l) disponibilizar o relatório a que se refere o inciso anterior até o dia 30 de abril de cada ano. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais:
- i. na sede da Emissora;
 - ii. na sede do Agente Fiduciário;
 - iii. na CVM;
 - iv. na CETIP; e
 - v. na sede das instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários contratadas pela Emissora para a realização da Oferta Restrita ("Coordenadores").
- (m) publicar, às expensas da Emissora e por meio dos parceiros previamente cadastrados pela Emissora, nos órgãos de imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações legais, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório anual se encontra à disposição nos locais indicados na alínea anterior;

- (n) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações junto à Emissora, ao Banco Mandatário e à CETIP;
- (o) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e todas aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;
- (p) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da data de ocorrência do evento, a respeito de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP, em observância aos prazos exigidos por cada qual;
- (q) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes de eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (r) verificar o cumprimento, pela Emissora, da obrigação de manter contratada agência classificadora de risco para atualização do relatório de classificação de risco (*rating*) das Debêntures, nos termos da alínea (t) do item 5.1. acima; e
- (s) calcular, diariamente, o Valor Nominal Unitário das Debêntures, disponibilizando-o aos Debenturistas e à Emissora, através do site www.oliveiratrust.com.br.

6.6. Sem prejuízo do disposto no item 4.13. acima, o Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (a) observados os termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão, declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura de Emissão;
- (b) requerer a falência da Emissora, nos termos da legislação aplicável;
- (c) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial da Emissora.

6.6.1. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (b) e (c) acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade dos Debenturistas, bastando, porém, (i) a

 OT

deliberação por Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação quando tal hipótese se referir ao disposto na alínea (a) acima; e (ii) a deliberação por Debenturistas que representem a maioria das Debêntures em circulação presentes à respectiva Assembleia Geral de Debenturistas quando tal hipótese se referir ao disposto na alínea (d) acima.

6.7. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 5 (cinco) dias úteis antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-lá, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará em remuneração ao novo agente fiduciário superior à ora avençada.

6.7.1. Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos Debenturistas, solicitando sua substituição.

6.7.2. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

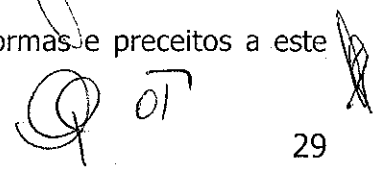
6.7.3. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, o substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

6.7.4. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da Instrução CVM n.º 28/83.

6.7.5. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, que deverá ser registrado na JUCESP junto com a presente.

6.7.5.1 O agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos Debenturistas em forma de aviso nos termos do item 4.17. acima.

6.7.6. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

 29

Cláusula Sétima – DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

7.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Geral para deliberar sobre matérias de interesse da comunhão dos Debenturistas, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações.

7.2. A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

7.3. Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações a respeito das assembleias gerais de acionistas.

7.4. As Assembleias Gerais de Debenturistas serão convocadas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias em primeira convocação e com antecedência mínima de 8 (oito) dias em segunda convocação.

7.5. Nos termos do parágrafo terceiro, do artigo 71, da Lei das Sociedades por Ações, a Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, metade das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.

7.5.1. Independentemente das formalidades previstas na Lei das Sociedades por Ações e nesta Escritura de Emissão, será considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecer a totalidade dos Debenturistas.

7.6. Cada Debênture em circulação conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, cujas deliberações, ressalvados quoruns específicos estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão tomadas, em primeira convocação, por Debenturistas que representem, no mínimo, a maioria simples das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, por Debenturistas que representem a maioria simples das Debêntures detidas pelos Debenturistas presentes, sendo admitida a constituição de mandatários, Debenturistas ou não.

7.6.1. Sem prejuízo do disposto no item 7.6. acima, somente os Debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação, em primeira ou segunda convocação, poderão aprovar alterações sobre as seguintes matérias:

- (a) qualquer alteração no prazo de vigência e/ou Data de Vencimento das Debêntures;
- (b) nos critérios e procedimentos para cálculo e pagamento da Remuneração e/ou nas Datas de Pagamento da Remuneração;
- (c) na espécie da Debênture;

Q

OT



- (d) nos quoruns de deliberação, ordinários ou qualificados, das Assembleias Gerais de Debenturistas; e/ou
- (e) qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado, conforme previstos no item 4.12. acima.

7.6.2. A renúncia à declaração de vencimento antecipado das Debêntures, nos termos do item 4.12.5. desta Escritura de Emissão, e a definição da taxa substitutiva em caso de indisponibilidade, impossibilidade de aplicação ou extinção da Taxa DI, nos termos do item 4.8.5. desta Escritura de Emissão, dependerão da aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, em primeira ou segunda convocação.

7.7. Para efeito da constituição do quorum de instalação e deliberação a que se refere esta Cláusula Sétima, serão consideradas como Debêntures em circulação aquelas Debêntures emitidas pela Emissora que ainda não tiverem sido resgatadas e/ou liquidadas, devendo ser excluídas do número de tais Debêntures aquelas que a Emissora possuir em tesouraria, ou que sejam pertencentes ao seu controlador ou a qualquer de suas controladas e coligadas, bem como respectivos diretores ou conselheiros e respectivos parentes até segundo grau.

7.8. As deliberações tomadas pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, observada a devida competência legal e os quoruns estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os Debenturistas, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido na respectiva Assembleia Geral de Debenturistas.

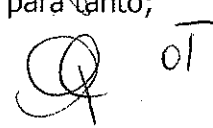
7.9. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas.

7.10. O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas para prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

Cláusula Oitava – DAS DECLARAÇÕES DA EMISSORA

8.1. A Emissora neste ato declara que:

- (a) é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de companhia aberta de acordo com as leis brasileiras;
- (b) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações, inclusive as societárias, necessárias à celebração desta Escritura de Emissão, à emissão das Debêntures e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;



- (c) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, assim como a emissão e a distribuição pública com esforços restritos de colocação das Debêntures não infringem ou contrariam, sob qualquer aspecto material, (i) qualquer contrato ou documento no qual a Emissora seja parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irá resultar em (x) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; (y) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora; ou (z) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (iii) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- (e) exceto conforme informado no formulário Informações Anuais – IAN, no Formulário de Referência da Emissora a ser divulgado nos termos da Instrução CVM n.º 480/09, nas Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFP e nas Informações Trimestrais – ITR disponibilizadas pela Emissora à CVM e ao mercado, a Emissora tem todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas;
- (f) a Emissora está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, relevantes e indispensáveis à condução de seus negócios, inclusive com o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social. A Emissora está obrigada, ainda, a proceder a todas as diligências exigidas para realização de suas atividades, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos Municipais, Estaduais e Federais que subsidiariamente venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor;
- (g) as Demonstrações Financeiras da Emissora relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2007, 2008 e 2009, bem como as Informações Trimestrais relativas a 31 de março de 2010, representam corretamente a posição financeira da Emissora naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade vigentes no Brasil à época em que foram



preparadas e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora de forma consolidada;

- (h) o material informativo referente à Oferta Restrita e às Debêntures ("Material Informativo"), em conjunto com o formulário Informações Anuais – IAN, as Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFP e as Informações Trimestrais – ITR, bem como demais informações públicas sobre a Emissora, constituem informações relevantes e necessárias para que os Investidores Qualificados e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta e suficiente com relação ao investimento nas Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas;
- (i) as informações e declarações contidas no Material Informativo em relação à Emissora são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes no contexto da Oferta Restrita;
- (j) exceto pelas contingências informadas no formulário Informações Anuais – IAN, no Formulário de Referência da Emissora a ser divulgado nos termos da Instrução CVM n.º 480/09, nas Demonstrações Financeiras Padronizadas – DFP e nas Informações Trimestrais – ITR disponibilizadas pela Emissora à CVM e ao mercado, não tem conhecimento da existência de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto adverso relevante em suas atividades ou condição financeira, ou que possam afetar a capacidade da Emissora de cumprir com suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão;
- (k) não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções;
- (l) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo mas não se limitando à obrigação de destinar os recursos obtidos com a Oferta Restrita aos fins previstos no item 3.4. desta Escritura de Emissão;
- (m) esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida e vinculante da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil Brasileiro;
- (n) tem plena ciência de que, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM n.º 476/09, não poderá realizar outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários da Oferta Restrita dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da oferta, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM; e
- (o) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da Remuneração foi acordada por livre vontade da Emissora, em observância ao princípio da boa-fé.

Cláusula Nona – DAS NOTIFICAÇÕES

9.1. Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

NATURA COSMÉTICOS S.A.

Avenida Juruá, n.º 253, 3º andar, Alphaville
Barueri – SP

At.: Srs. Roberto Pedote e Otávio Tescari

Tel.: (11) 4196-1401/1481

Fax: (11) 4196-1402

E-mail: robertopedote@natura.net/otaviotescari@natura.net

Para o Agente Fiduciário:

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Av. da Américas, n.º 500, Bloco 13, Sala 205
Rio de Janeiro – RJ

At.: Sr. Gustavo Dezouart

Tel.: (21) 3514-0000

Fax: (21) 3514-0099

E-mail: agente@oliveiratrust.com.br / gustavo@oliveiratrust.com.br

Para o Banco Mandatário:

BANCO BRADESCO S.A.

Cidade de Deus, s/nº
Osasco – SP

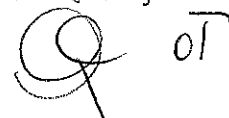
At.: Sr. Fábio da Cruz Tomo

Tel.: (11) 3684-2852

Fax: (11) 3684-5645

E-mail: 4010.tomo@bradesco.com.br

9.2. As comunicações referentes a esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "Aviso de Recebimento" expedido pelo correio ou por telegrama, nos endereços acima. As comunicações feitas por meio de fax ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente) seguido de confirmação verbal por telefone. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5



(cinco) dias úteis após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à outra Parte pela parte que tiver seu endereço alterado.

Cláusula Dez – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.2. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula Segunda, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

10.3. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

10.4. A presente Escritura de Emissão e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II do Código de Processo Civil, e as obrigações nela contidas estão sujeitas à execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil.

Cláusula Onze – DO FORO

11.1. Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão."

CLÁUSULA QUARTA – DA LEI APLICÁVEL E DO FORO

4.1. Este Primeiro Aditamento é regido pelas leis da República Federativa do Brasil.

4.2. Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas deste Primeiro Aditamento.

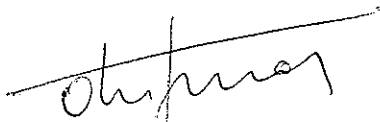
E, por estarem assim justas e contratadas, firmam o presente Primeiro Aditamento a Emissora e o Agente Fiduciário em 3 (três) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, 26 de maio de 2010

PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA QUARTA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, EM SÉRIE ÚNICA DA NATURA COSMÉTICOS S.A.

Página de Assinaturas do Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da Quarta Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, da Natura Cosméticos S.A., celebrada entre a Natura Cosméticos S.A. e Oliveira Trust Distribuidora de Valores Mobiliários S.A. em 26 de maio de 2010

NATURA COSMÉTICOS S.A.



Nome: **Otavio Tescari**
CPF: 044.457.268-69

Cargo:



Nome:

Cargo:

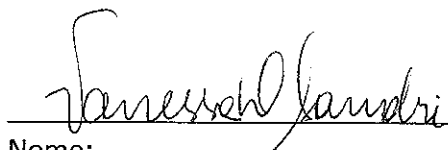
Marco Aurélio R. de Oliveira
Gerente de Tesouraria

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.



Nome: **Mauricio Nicodemos**
RG: 22.539.541-1
Carga: CPF: 301.468.238-18

Testemunhas:



Nome: **VANESSA DURÃES SANDRI**
RG: R.G.: 20.239.301-X - SSP/SP
CPF: CPF: 176.352.008-01

Nome:

RG:

CPF:

